



# Revista Fenexis: Estudos Fenomenológico-Existenciais

## TRANSMISSÃO GERACIONAL FAMILIAR DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: UM OLHAR DA GESTALT-TERAPIA

*GENERATIONAL FAMILY TRANSMISSION OF CHILD AND ADOLESCENT SEXUAL  
VIOLENCE: A GESTALT THERAPY PERSPECTIVE*

Evilane Costa Cesário Damasceno<sup>1</sup>  
Mayara Carvalho de Lima<sup>2</sup>

Recebido em: 18/10/2023 – Aceito em: 18/10/2023 – Publicado em: 25/10/2023.

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender as possíveis repercussões da transmissão geracional intrafamiliar na reprodução da violência sexual infanto-juvenil. Para isso, foi utilizado como método a pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória, visando explorar os materiais que se encontram no meio científico através da pesquisa bibliográfica. Foi adotada a revisão integrativa como recurso metodológico, utilizando-se de fontes bibliográficas como publicações em periódicos, a partir das bases de dados *Google Scholar*, *Scielo*, *CAFe* e *Scribd*. Com base na literatura encontrada, foi organizado a discussão em três categorias: transmissão geracional da violência sexual infanto-juvenil; dinâmica familiar na violência sexual infanto-juvenil; as dimensões de gênero na violência sexual infanto-juvenil.

**Palavras-chave:** transmissão geracional familiar; violência sexual; crianças; adolescentes; família.

### ABSTRACT

This study aimed to understand the possible repercussions of intrafamily generational transmission in the reproduction of child and adolescent sexual violence. For this purpose, a qualitative and exploratory research method was used to explore the materials found in the scientific environment through bibliographic research. The integrative review was adopted as a methodological resource using bibliographic sources such as publications in journals from Google Scholar, Scielo, CAFe, and Scribd databases. Based on the literature, the discussion was organized into three categories: generational transmission of child and adolescent sexual violence; family dynamics in child sexual violence; and gender dimensions in child and youth sexual violence.

**Keywords:** generational family transmission; sexual violence; children; teenagers; family.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Acre (UFAC).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Acre (UFAC).

## 1 INTRODUÇÃO

O sistema familiar é o primeiro contexto em que uma criança se insere ao nascer e também um dos mais importantes para seu processo de desenvolvimento. Para a perspectiva da Gestalt-terapia, a família pode ser compreendida como uma totalidade, a qual se insere em outras totalidades que se afetam mutuamente (Aguiar, 2015). Ao nascer um novo integrante, é a família quem escolhe o nome, o sobrenome e é por meio das relações familiares que se estabelece o papel que será exercido por cada integrante, também projeta expectativas acerca dos vínculos estabelecidos e deposita em cada pessoa herança composta de aspectos relacionados a identidade da família (Bacal, 2013). Com isso, a relação e interação cotidiana entre os membros exercem influência na dinâmica familiar que busca cotidianamente autorregulação. Desse modo, o equilíbrio e a autorregulação do grupo familiar se dão a partir das expectativas e necessidades de seus membros (Aguiar, 2015).

A família, percebida como ambiente primário de socialização de uma pessoa, apresenta uma dinâmica e modo de funcionamento particular que pode se repetir entre as gerações. A reprodução dos aspectos presentes dentro de um sistema familiar entre as gerações é denominada na literatura científica como "transgeracionalidade" e diz respeito à manutenção e repetição dos padrões de funcionamento de uma família. Esse fenômeno pode ser compreendido como um modo de reprodução da identidade de uma família, representada por valores, legados, mitos, lealdades e heranças familiares a partir da época e do contexto em que ela está inserida (Bacal, 2013). Assim, as heranças familiares transmitidas pelas famílias de origem assumem papel importante na evolução e na construção da identidade de um indivíduo, assim como são responsáveis pelo processo de individuação, podendo desempenhar impacto positivo ou negativo (Schulz; Colossi, 2020).

Aguiar (2015) ressalta que frequentemente a família passa por necessidades emergentes e isso pode ocasionar um desequilíbrio momentâneo no campo, por exemplo, a chegada de um bebê, muda toda a dinâmica e funcionamento da família, afeta o espaço físico, vida profissional, conjugal, financeira, social e familiar de um modo geral. A autora mencionada anteriormente ressalta que, ao longo da vida, vários acontecimentos podem causar esse desequilíbrio e, conseqüentemente, a necessidade de reconfiguração. Nesse sentido, mesmo com os desequilíbrios momentâneos, existem características que são elos e podem manter a família conectada de forma funcional ou

disfuncional durante os momentos de crises.

Dessa forma, o processo de transmissão geracional – também denominado transgeracionalidade na literatura científica – é o que mantém a conexão e identidade familiar com o passar do tempo e esse processo de transmissão inicia-se antes mesmo da criança ser inserida nesse contexto. De tal modo, a família exerce função primordial na vida de uma criança, tem como papel acolher, satisfazer, proteger seus integrantes e também frustrar, aceitar as diferenças e facilitar o desenvolvimento da autonomia, alimentando os laços afetivos conservando a individualidade e também a diferenciação de cada integrante do sistema (Aguiar, 2015).

É nesse movimento que a criança pode ser afetada pelos pensamentos, sentimentos, fantasias da mãe e da família como um todo, as expectativas e projeções giram em torno do lugar que a criança vai ocupar dentro da família (Bewen, 1965, citado em Bacal, 2013). Sendo assim, Aguiar (2015) sustenta que para que o processo de desenvolvimento saudável ocorra, a família tem o papel de prover à criança confirmações que irão atuar diretamente na construção da sua autoestima, na confirmação de sentimentos que permite que a criança confirme sua existência e potencialidades de forma satisfatória, portanto, de maneira saudável. As habilidades desenvolvidas pelas crianças dependem da relação que ela desenvolve com os integrantes do meio familiar, “em especial os adultos, que por sua vez desenvolveram-nas em suas famílias de origem - e assim progressivamente” (Aguiar, 2015, p. 80).

Nesse sentido, ao pensarmos no papel da família no desenvolvimento infanto-juvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 estabelece como dever da família, do poder público e da sociedade a proteção integral das crianças e adolescentes. O ECA dispõe que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990). Contudo, embora os direitos das crianças e adolescentes estejam assegurados por lei, as violações ainda são frequentes.

Mesmo a legislação assegurando a proteção integral da criança e do adolescente, os dados estatísticos demonstram que a violência sexual infantil atinge aproximadamente 18% meninas e 8% dos meninos ao redor do mundo (World Health Organization, 2017). O site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) registrou cerca de 76.216 denúncias que envolvem crianças e adolescentes, em que 17.093 são casos relacionados à violência sexual (Silva

*et al.*, 2020). Segundo os dados divulgados pelo próprio MMFDH, entre 2011 e 2019 foram registradas mais de 200 mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes por meio do Disque 100. Além disso, eles revelam que no contexto brasileiro aproximadamente 10% dos casos de violência sexual infanto-juvenil são notificados às autoridades, bem como informam também que 72% dos casos de violência contra crianças e adolescentes acontecem na casa da vítima ou do agressor e 69% dos casos são violências recorrentes (MMFDH, 2021).

No que versa sobre violência sexual infanto-juvenil, o MMFDH a define como relação adultocêntrica, marcada pela relação desigual de poder onde o agressor tem domínio da criança ou adolescente, se apropriando e anulando suas vontades e deixado de serem vistas como sujeitos de direitos e sendo vistas como objetos que dão prazer e alívio sexual. Além disso, caracteriza-se como um ato de natureza erótica, com ou sem contato físico, com ou sem uso de força entre um adulto ou adolescente mais velho e uma criança ou adolescente. Esse tipo de violência acontece em dois contextos: intrafamiliar e extrafamiliar. No intrafamiliar, a agressão é praticada por uma pessoa que possui laços com a vítima, envolvendo tanto vínculo consanguíneo, afetivo ou de responsabilidade. No extrafamiliar, o agressor é uma pessoa conhecida (ou desconhecida) da vítima e que busca vantagem psicoemocional dessa relação (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, 2021).

Segundo Rodrigues (2017) a violência sexual infantil é um fenômeno predominantemente intrafamiliar e comumente praticado por uma figura masculina. Além disso, outra característica desse tipo de violência é que a maioria dos casos não são revelados ou denunciados, geralmente por medo, submissão, vergonha ou ignorância por parte da vítima. O ato cruel é criminalizado pela legislação brasileira e também pela sociedade, contudo, perdura silenciosamente em forma de segredo. Sendo assim, a relação de segredo estabelecida na prática da violência tem por finalidade proteger o agressor da repulsa e do julgamento social e criminal, muitas vezes fazendo uso de ameaças para manter o vínculo abusivo.

O segredo e o sigilo é o que prevalece nos casos envolvendo violência sexual infantil intrafamiliar, geralmente as crianças sofrem ameaças de quem pratica a violência, ou quando tentam denunciar à família são desacreditadas, por vezes são castigadas por tentarem revelar o que estão vivenciando. Quando os adultos não apoiam o que a criança comunica em relação ao abuso, eles acreditam que estão protegendo a família, o que implica desproteger a criança, denominado na literatura de “proteção desprotetora” (Antony; Almeida, 2018).

Diante disso, observa-se que no meio científico ainda há poucos estudos desenvolvidos que relacionem a transmissão geracional familiar à violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar. Portanto, o presente artigo se justifica em razão dos elevados índices de violência sexual contra crianças e adolescentes dentro do contexto familiar e também pelo fato dos casos denunciados representarem apenas 10% da violência praticada contra esse público (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, 2021). Além disso, outro aspecto que sustenta este estudo é a sua relevância no campo da ciência psicológica. Nesse sentido, esse trabalho buscou abordar o seguinte questionamento: quais são as possíveis repercussões da transmissão geracional intrafamiliar na reprodução da violência sexual infanto-juvenil

O objetivo geral do presente estudo foi compreender as possíveis repercussões da transmissão geracional intrafamiliar na reprodução da violência sexual infanto-juvenil. Quanto aos objetivos específicos foram: descrever conceitual e dinamicamente o fenômeno da transmissão geracional familiar e discutir a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes no contexto intrafamiliar.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e exploratória. A metodologia qualitativa foi escolhida por dar ênfase no aprofundamento no mundo dos significados que inclui um nível de realidade que será revelada e interpretada pelos pesquisadores (Minayo, 2007). A partir disso, considerando os objetivos alvos propostos, optou-se pela pesquisa exploratória, pois “[...] tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições” (Gil, 2002, p. 41). Assim, visando explorar os materiais que se encontram no meio científico, optou-se pela pesquisa bibliográfica neste trabalho (Gil, 2002).

A revisão integrativa foi adotada como recurso metodológico em função de possibilitar a realização de uma análise sobre o conhecimento desenvolvido em estudos anteriores sobre o tema. Esse método fornece uma síntese de diversas pesquisas publicadas anteriormente, oferecendo a construção de novos conhecimentos baseados nos resultados de estudos já desenvolvidos. A operacionalização da revisão ocorreu nas seguintes etapas: 1) identificação do tema e seleção da

problemática de pesquisa, 2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, 3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, 4) a categorização dos estudos selecionados, 5) análise e interpretação dos resultados e 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Botelho *et al.*, 2011).

O levantamento bibliográfico foi realizado no mês de setembro de 2022, por meio das bases de dados *Scielo*, *Scribd*, *Google Scholar* e *Capes*. Na busca dos materiais, foram utilizados os seguintes descritores: transmissão geracional; violência sexual; crianças; adolescentes. Os materiais foram selecionados com base nos seguintes critérios de inclusão: a) artigos; b) disponíveis em português; c) disponíveis na íntegra; d) publicados nos últimos 5 anos a fim de verificar o que foi produzido recentemente sobre a temática pesquisada; e) materiais que abordassem sobre a temática pesquisada. Quanto aos critérios de exclusão adotados no presente estudo foram: a) artigos não disponíveis na íntegra; b) materiais que tratassem da temática na perspectiva psicanalítica; c) artigos repetidos; d) monografias ou dissertações; e) materiais que não tratassem sobre a temática da pesquisa; e f) estudos que abordassem a perspectiva dos agressores.

Na busca inicial dos artigos foram identificados 87 artigos e livros nas bases de dados *Scribd*, *Scholar Google* e *Capes*, enquanto que na *Scielo* não foram encontrados artigos ou livros. Em seguida, ao ser realizada a leitura dos resumos na íntegra, foram selecionados 9 materiais que atendiam aos critérios de exclusão e inclusão estabelecidos para a presente pesquisa. O instrumento usado para extrair os dados dos materiais selecionados foi a matriz de análise, uma vez que se caracteriza como uma ferramenta que visa extrair e organizar as informações, em que pode assumir um caráter funcional ou não funcional. Por fim, a análise e interpretação dos resultados foi realizada por meio da discussão dos materiais analisados na revisão integrativa. Nessa etapa da revisão integrativa, as pesquisadoras, norteadas pelos achados da pesquisa, realizaram uma interpretação dos dados para indicar as lacunas de conhecimentos existentes e recomendar questões futuras (Botelho *et al.*, 2011).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos materiais selecionados possibilitou a construção de três categorias, esquematizadas na tabela abaixo contendo os eixos temáticos, autores e ano de publicação.

**Quadro 1**

<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Autores e ano de publicação</b>
Transmissão geracional intrafamiliar da violência sexual infanto-juvenil	Cruz, Cavalcante, Guedes, Pedroso & Silva, 2019; Mantovani, 2020; Antony & Almeida, 2018.
Dinâmica familiar na violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar	Antony & Almeida, 2018; Cruz, Cavalcante, Guedes, Pedroso & Silva, 2019.
As dimensões de gênero na violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar	Ferraz, Veloso & Cabral, 2021; Ferreira & Costa, 2019; Grimaldi, Costa, Nascimento, Santos, Costa & Souza, 2018; Mantovani, 2020; Oliveira, 2018; Vanzelar, Pontes, Veloso & Ramos, 2021.

### 3.1 TRANSMISSÃO GERACIONAL INTRAFAMILIAR DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

Segundo Almeida e Antony (2018), a conexão da criança com seu contexto primário de socialização, com seus pais e com a história familiar transgeracional molda a construção de sua identidade e subjetividade, proporcionando os sentimentos de pertencimento, inclusão e identificação com seus descendentes. Por outro lado, quando a família produz a violência, negação, exclusão de um integrante, limita seu potencial cognitivo e negligencia sua existência plena, afetando o desenvolvimento saudável do indivíduo. A família como ambiente de socialização produz e transmite informações, muitas delas passam de geração em geração e são transmitidas sutilmente em forma de lealdade, valores, crenças, mitos, ritos e segredos, fenômeno denominado na literatura como transgeracionalidade (Cruz *et al.*, 2019). Assim, olhando pelo viés da reprodução da violência, “famílias violentas transmitem modelos de violência, ou seja, a transmissão é transgeracional” (Mantovani, 2020, p. 34).

A violência sexual infanto-juvenil caracteriza-se como um relacionamento desigual entre agressor e vítima, acontece, predominantemente, no contexto intrafamiliar e isso se dá em função dos modelos relacional patriarcal, relações de gêneros e dinâmicas familiares hierarquizadas e desatualizadas (Mantovani, 2020). De acordo com os dados apresentados em Almeida e Antony (2018) há o apontamento de que os maiores índices de abuso sexual ocorrem dentro do próprio lar da vítima. As autoras mencionadas também destacam que

Quando a situação de abuso sexual intrafamiliar é revelada, ocorre uma implosão na família, tamanho o choque emocional sentido. A conduta reveladora faz eclodir



sofrimento, medo, angústia, deixando todos em estado de vulnerabilidade e exposição. As repercussões da revelação dentro do sistema familiar decretam mudanças nas relações e interações e, muitas vezes, ocasionam rupturas do vínculo familiar (p. 189).

É importante destacar que a maioria dos casos envolvendo violência sexual infanto-juvenil não são denunciados e isso pode se justificar em função da violência ser praticada em contexto intrafamiliar e conectar-se à transmissão transgeracional. Nessas situações, predominam os aspectos que constituem a transgeracionalidade, sendo eles: segredo, lealdade familiar, valores familiares, crenças e ritos (Cruz *et al.* 2019). Somam-se a isso, no estudo de Almeida e Antony (2018), as autoras discutem a respeito da síndrome da acomodação da violência sexual e descrevem categorias que englobam o padrão de funcionamento desenvolvido pela criança para lidar com a violência sexual, que envolvem o sigilo, o desamparo, o aprisionamento, a revelação tardia e a retratação.

Os segredos familiares representam uma forma de ocultar situações e acontecimentos que violam regras que são importantes para um sistema familiar que funciona sistemicamente e estabelece alianças e pactos entre um ou mais membros ou distanciamento entre os integrantes da família (Cruz *et al.* 2019). Desse modo, sendo a violência sexual infanto-juvenil um ato criminalizado pela legislação brasileira e condenado pela sociedade, a revelação da violência na família implica em desorganização e/ou ruptura de vínculos familiares, assim, o sigilo favorece a reprodução da violência e vai ao encontro do que aponta Almeida e Antony (2018) “[...] o segredo é mantido devido às ameaças reais feitas” (p. 194).

Almeida e Antony (2018) defendem que “[...] o sigilo é tanto fonte de medo, quanto de pseudosseguurança, gerando sentimentos ambivalentes em relação ao fato abusivo” (p. 194). As autoras mencionadas apresentam duas perspectivas que levam as crianças a não denunciarem a violência: ou elas não foram acreditadas anteriormente pela família ao tentarem fazer a denúncia ou foram castigadas e ameaçadas ao tentarem revelar o segredo. Cruz *et al.* (2019) apontam para uma ambiguidade e confusão causada na criança diante da violência sexual, podendo a revelação ser um fator de risco e de proteção, pois se ela não revelar, continua na situação de violência, mas caso conte, poderá perder o amor da família. Nesse movimento, o sentimento de desamparo vivenciado pela vítima acontece pelo fato de a violência ser praticada exatamente por quem exerceria a função de protegê-la, e isso causa a dor do não acolhimento por parte de seus responsáveis, elas sofrem pelo evento traumático da violência e também pelo não reconhecimento



do abuso por parte de seus cuidadores, com isso, tendem a se submeter passivamente aos atos de abusos (Almeida; Antony, 2018).

A partir disso, a submissão aos atos de abusos leva ao que a literatura científica relata como aprisionamento, que se refere à violência contínua, em que a vítima vivencia longos períodos de abuso sexual e não denunciam, e que por vezes, quando denunciam são desacreditadas, restando-lhe aceitar passivamente a situação. Desse modo, a criança desenvolve um padrão de funcionamento “[...] para agradar o outro, assume a culpa pelo erro alheio, torna-se passiva, o que fará sentir-se frustrada em suas relações afetivas, esperando receber do outro o amor e a compreensão que não recebeu” (Almeida; Antony, 2018, p. 195).

Frequentemente, as vítimas não denunciam a violência sexual sofrida a longo prazo. Geralmente, quando praticada e denunciada ainda na infância, os casos são descobertos por terceiros e por vezes, a violência é revelada na escola aos professores ou durante conflitos familiares no qual o segredo é revelado. A denúncia da agressão na adolescência se dá por meio do próprio adolescente em função do senso de autonomia, enfrentamento e independência desenvolvido por ele. Entretanto, quando a revelação da violência sofrida acontece somente na fase da vida adulta, pode ocasionar danos emocionais e prejuízos na vida afetiva, sexual e social da pessoa e nesses casos, as vítimas queixam-se de rejeição e condenação pelos cônjuges ao revelarem a violência sofrida (Almeida; Antony, 2018).

Sob essa perspectiva, é possível identificar alguns dos aspectos transgeracionais, como os valores e a lealdade familiar quando a situação de abuso é eclodida na família e a vítima não recebe o devido apoio e proteção para o enfrentamento da situação abusiva. Assim, a vítima tende a se retratar e sente-se coagida a voltar atrás afirmando que mentiu quanto à situação de violência. Com isso, a criança experimenta o sentimento de medo, culpa e também de responsabilidade em salvar ou destruir a família, a vítima teme o afastamento do agressor, o risco de ele ser preso e “a mãe acusá-la e rejeitá-la, os familiares a recriminam e não aceitá-la mais como um membro da família” (Almeida; Antony, 2018, p. 196).

Os valores familiares, geralmente, são transmitidos em forma de valores educativos, neles estão presentes as crenças, mitos (crenças e imagens que a família tem de si mesma), rituais (simbologias compartilhadas dentro da família como rotinas, tradições e celebrações) e segredos que compõem a base do sistema familiar e são reproduzidos de geração em geração. Soma-se a isso a lealdade familiar, caracterizada como uma força invisível que torna o sujeito membro de um

grupo, e isso implica seguir regras e atender as expectativas do sistema familiar, de modo que produz o sentimento de pertencimento do indivíduo com a família, conquistando uma identidade que permite a sobrevivência do grupo no decorrer das gerações (Cruz *et al.* 2019).

Assim, denunciar a violência sexual infanto-juvenil intrafamiliar, implica romper com o sistema familiar, visto que vítima e agressor estão inseridos no mesmo ambiente. Transgeracionalmente, a revelação do segredo representa a ruptura da lealdade familiar, portanto, exclusão ou afastamento de um dos membros do convívio familiar. Sendo a criança e o adolescente os mais vulneráveis nesta relação, quando a família não exerce sua função primordial de segurança e proteção, as vítimas tendem a sofrer a violência silenciosamente, pois não possuem auto e heterossuporte para enfrentar o agressor e denunciar a situação de abuso, ocasionando a naturalização e a transmissão geracional da violência sexual.

## 3.2 DINÂMICA FAMILIAR NA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL INTRAFAMILIAR

Dados apresentados no estudo de Junqueira (2019) relatam que aproximadamente 165 crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente por dia no Brasil. Além disso, revelam também que o alto índice de abuso, geralmente acontece em ambiente doméstico e escolar, ainda ressaltam que a visibilidade da violência não é garantida na esfera pública, e em consequência disso, ocorre que muitos dos casos não são denunciados.

As formas com que crianças e adolescentes são induzidos a violência sexual são diversificadas e se dão a partir da sedução, ameaça, chantagem ou força. São concretizadas sensorialmente, quando acontece através da exibição sexualizada que causa constrangimento à criança e ao adolescente, por meio da estimulação, como por exemplo, carícias nas partes íntimas, masturbação e contatos com a genitália, também por realização, quando acontece a penetração, oral, anal, genital, uma tentativa de violação (Junqueira, 2019). No ambiente intrafamiliar, a violência comumente acontece sem o uso de força física, visto que “existe um pacto de lealdade e confiança entre a criança e o ofensor, que utiliza do vínculo afetivo para obter o silêncio da vítima” (Jonzon; Lindbland, 2004, *apud* Junqueira, 2019, p. 4).

O abuso inicialmente se manifesta por meio de demonstrações de carinho, interesse e a proteção oferecida pelo agressor, posteriormente, há inversão de papéis na qual o abusador invade o espaço e o corpo da criança/adolescente e ainda a responsabiliza pelo acontecimento, culpando-

a e ameaçando-a (Junqueira, 2019). Nesse contexto, as informações transmitidas às crianças sobre a forma de relacionamento entre crianças e adultos chegam confusas e distorcidas, de forma ambivalente, vinculando o abuso/violência ao cuidado/proteção.

Com o passar do tempo as vítimas começam a perceber e ter consciência de que vivenciaram uma agressão e podem sentir que sua confiança e seu amor foram traiçoados. Assim, desenvolvem ajustamentos que lhe permitem lidar com o sofrimento, como uma forma de se defender e reduzir os danos causados pela violência. Os impactos desse tipo de agressão podem trazer prejuízos imediatos que, por sua vez, moldam a forma de existir de uma criança e, conseqüentemente, afetam seus relacionamentos sociais, afetivos e sexuais, muitas vezes, a queixa principal da vítima e a dificuldade em confiar no outro (Junqueira, 2019).

A partilha do mesmo ambiente entre vítima e agressor após um caso de violência sexual intrafamiliar, produz prejuízos significativos que podem perdurar durante toda a trajetória de vida de uma pessoa. Diante disso, o prognóstico estão associados a alguns aspectos encontrados na literatura, dentre os que mais se destacaram foram: a idade da criança no início do abuso, quanto mais jovem for a vítima mais desfavorável é o prognóstico; idade do agressor, a diferença elevada entre a idade da vítima e do agressor tende produzir danos maiores; duração dos abusos, abusos prolongados produzem mais prejuízos às vítimas; tipo de vínculo entre criança e agressor, quanto mais próximo o vínculo de parentesco e intimidade, maior será a confusão causada na criança ou adolescente; ausência/presença de figuras protetoras, quando a vítima tem suporte, confiança e se sente protegida as chances de denunciar o abuso e interromper o ciclo de violência são maiores e por fim, o impacto que tem a revelação da violência para a família e para a criança, quando a vítima tem o suporte da família ao denunciar um agressor a tendência é o prognóstico favorável (Junqueira, 2019).

Para a Gestalt-terapia, a criança é vista como um todo integrado, portanto, uma unidade inseparável de mente-corpo. Além disso, é percebida com base na sua singularidade e através da sua interação com o meio, onde seu corpo e sua mente estão conectados com a manifestação da sua forma de sentir, pensar e agir configurando-se como partes de um todo. Para Almeida e Antony (2018), quando uma criança sofre um trauma, acontece o rompimento de sua unidade integrada corpo-mente. Segundo as autoras mencionadas

O corpo, sede das emoções e sensações, passa a ser objeto temido/negado/alienado e, para defender-se do medo, da angústia aterrorizante, a criança corta a conexão com a mente, lugar dos pensamentos e imagens. Ao bloquear o contato com os pensamentos e

sentimentos dolorosos, dá origem às somatizações (dores e enfermidades no corpo), aos sintomas de ordem cognitiva (como desatenção, falhas de memória, pensamento lentificado) e aos de fundo psicológico, como depressão, fobias, ansiedades, ideias obsessivas, condutas compulsivas, transtornos alimentares (p. 187).

Para a Abordagem Gestáltica, a experiência é compreendida como um contato que visa estabelecer equilíbrio, proporciona a interação entre indivíduo e meio fazendo o movimento de união/separação e conexão/afastamento, pode emergir tanto como uma abertura, ou seja, disponibilidade para interação ou como uma interrupção, um isolamento na relação consigo mesma ou com o mundo. O contato possibilita a interação e é através dele que uma criança nutre suas relações como também delimita sua fronteira de contato, faz isso de acordo com as suas necessidades e escolhas assimilando o que é nutritivo e rejeitando o que é danoso, desse modo, seu ajustamento se direciona ao que lhe proporciona segurança (Junqueira, 2019). Dessa maneira, onde há trauma como uma violência sexual há uma dissociação, divisão, cisão e isso implica na fragmentação da totalidade mente-corpo de uma criança ou adolescente, há uma desconexão entre o sentir-pensar-agir (Almeida; Antony. 2018).

A criança que antes confiava e permitia se abrir para experienciar contatos fluidos, permeáveis e nutritivos, a partir do abuso iniciou uma reconfiguração em suas fronteiras de contato, encarando cada contato como um risco danoso, tornando então suas fronteiras mais rígidas e difíceis de serem penetradas (Junqueira, 2019, p. 15)

Desse modo, a violência praticada em contexto familiar implica em um trauma que interrompe o contato fluído da criança e adolescente com seu meio, neste sentido, predomina uma fronteira de contato onde a criança, que antes confiava e se disponibiliza a experienciar contatos fluidos e nutritivos, se interrompe a partir da vivência de uma situação de abuso e inicia uma reconfiguração da sua fronteira de contato (Junqueira, 2019). Esse funcionamento é descrito na literatura como bloqueio de contato, uma dinâmica que transforma o curso do desenvolvimento psicoemocional da vítima, por sua vez, também é compreendida como um ajustamento defensivo diante do conflito psicológico que “[...] revela uma experiência introjetada e uma gestalt aberta, ou seja, uma situação inacabada ou necessidade do passado, que se fixa no presente até ser concluída/satisfeita” (Junqueira, 2019, p. 7).

Nesse sentido, uma situação de violência sexual intrafamiliar deixa uma gestalt aberta e implica em uma compulsão a repetição e uma rigidez dos comportamentos. Assim, representam a base do processo de transmissão geracional de conflitos, distúrbios e traumas, pois funcionam

como autorregulação do sistema familiar. Nesse sentido, quando um sistema familiar sente que alguma ameaça pode desorganizar sua configuração, seus membros agem de forma protetora a fim de restaura o equilíbrio e organização da família e isso pode justificar o fato de que a violência sexual é mantida em segredo (Almeida; Antony, 2018).

Por outro lado, nos estudos de Junqueira (2019), a autora informa que, geralmente, quando a denúncia é realizada dentro da família, dificilmente altera a dinâmica do sistema familiar, pondera em seu estudo de caso que a denúncia por parte da vítima não afastou o agressor do campo familiar e tampouco afetou a relação dos pais da vítima com a pessoa que praticou a violência, revela que “dias depois, o abusador já estava frequentando a casa da sua avó e todos já comemoravam juntos o Natal, como era tradição na família todos os anos, até os dias atuais (Junqueira, 2019, p. 13)”. O sofrimento vivenciado pela vítima dentro do ambiente familiar acaba sendo naturalizado pela família e o contato com o agressor causa desconforto na vítima e também aumenta as chances de recorrência da violência.

## 3.2 AS DIMENSÕES DE GÊNERO NA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL INTRAFAMILIAR

As questões de gênero e geração podem ser compreendidas como elementos estruturais na constituição de relações de poder dentro do meio familiar, apresentando importante relevância diante das transformações que ocorrem nas configurações familiares, bem como nos papéis parentais que coexistem nas famílias da atualidade. Assim, tais características podem desempenhar influência sobre as formas de comunicação familiar, assim como na distribuição e utilização do poder em suas relações internas (Oliveira, 2018).

As relações de poder que permeiam o âmbito familiar envolvem uma compreensão das relações de gênero, uma vez que, existe na sociedade a imposição da condição de submissão à mulher, enquanto o homem ocupa o lugar de “chefe” que detém domínio sobre o outro na submissão, no uso e abuso tanto da criança, como da mulher. A violência, praticada por pessoas que possuem um certo domínio sobre a criança/adolescente, caracterizando uma relação desigual, o agressor utiliza-se da relação de confiança e poder exercido sobre a vítima e de forma sutil pratica a violência, que inicialmente, pode ser percebida pela criança/adolescente como demonstrações de afeto, a autora também ressalta que esse tipo de conduta tende a ser naturalizada dentro da família

(Mantovani, 2020). Os autores Vanzeler *et al.* (2021) afirmam que a violência de gênero é o fruto de uma assimetria de poder, que se traduz em relações de força e dominação, reproduzida às crianças que, no ambiente intrafamiliar, configuram o polo desfavorecido da relação de poder intergeracional.

A partir dessa teia de relações de gênero que envolvem a violência sexual contra crianças e adolescentes, a mulher, frente a violência que ocorre no ambiente familiar, pode reproduzir uma condição de “submissão”, que muitas vezes, ela também sofreu no passado e agora experiencia com filhos e/ou filhas (Mantovani, 2020). Além disso, a violência pode mobilizar a mulher a buscar à manutenção da ordem pré-estabelecida na família, de modo que, sentimentos ambíguos em relação ao autor da violência e a vítima podem emergir e dificultar o enfrentamento adequado da violência (Ferraz *et al.* 2021).

O silenciamento das mães das vítimas atua em relação com uma série de fatores, que vão desde a crença de que necessitam suportar o “destino de sujeição” em relação ao marido, a ausência de apoio social e econômico frente a revelação da violência até a possibilidade de também serem vítimas de violência física e psicológica pelo agressor. Desse modo, a revelação da violência dentro do ambiente familiar demanda uma ruptura integral do equilíbrio doméstico, sendo a mãe apontada como a principal responsável em iniciar a ruptura e a que provavelmente terá de lidar com os desdobramentos (Ferraz *et al.* 2021).

Além da dinâmica familiar, as questões de gênero também se manifestam quanto à caracterização do perfil das vítimas e agressores da violência sexual. Ferraz *et al.* (2021) defendem que a violência sexual ocupa o maior número de notificações em todos os anos investigados na pesquisa e uma das maiores vítimas apontadas foram as meninas. Ferreira e Costa (2019) observam a presença de questões de gênero ao evidenciarem que o sexo masculino foi apontado como potenciais agressores das vítimas do sexo feminino.

Grimaldi *et al.* (2018) afirmam que os fatores históricos e culturais que, ainda permanecem na contemporaneidade, podem estar associados às meninas como vítimas mais frequentes. Os autores mencionados ressaltam que crianças de ambos os sexos e adolescentes do sexo feminino com até 14 anos constituem as principais vítimas de adolescentes e adultos jovens, evidenciando um perfil de perpetração similar ao apresentado pelos adultos. Sendo assim, foi evidenciado que os determinantes da perpetração incluem relações de poder, hierarquia e gênero, com o agressor subjuguando a vítima pela força e/ou intimidação.



Outro estudo que corroborou com esses dados foi de Vanzeler *et al.* (2021) que também constatou que a maioria das vítimas foram do sexo feminino, o que suscita um debate acerca do gênero e as diferenças entre os sexos, que ocasiona a desigualdade através da dominação e exploração entre os pares. Esse achado se apresenta como uma das dificuldades na construção de um sistema de vigilância e de dados mais efetivos, uma vez que os casos de violência só serão revelados posteriormente com a estruturação da exploração e dominação.

Diante desse movimento de vitimização de meninas e perpetuação dos agressores do sexo masculino, na sociedade existe uma “tolerância social” que torna as crianças, principalmente do sexo feminino um grupo vulnerável de uma violência que na maioria das vezes é percebida como “normal”. Ao associar essa concepção ao medo, vergonha e crença de que não há ninguém que possa ajudar, conseqüentemente, há um número reduzido de denúncias às autoridades responsáveis. Essa “tolerância social” da violência em geral é resultante de um status inferior atribuído a mulheres e crianças em diversas sociedades e de normas culturais associadas ao gênero e masculinidade. Além disso, muitas vezes, as próprias vítimas são culpabilizadas pela violência que sofreram (Vanzeler *et al.* 2021).

É nesse campo influenciado por diversos fatores familiares e sociais que, pessoas, que vivenciam abuso de familiares ou indivíduos que possuem vínculo de confiança, podem ser mais propensas a aceitar a violência como uma característica natural dos relacionamentos interpessoais. Assim, esses indivíduos possuem maiores riscos de vitimização e perpetração nos futuros relacionamentos afetivos, como de companheiros e amigos, reproduzindo um ciclo conforme o modelo de comportamento vivenciado na família (Grimaldi *et al.* 2018).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender as possíveis repercussões da transmissão geracional intrafamiliar na reprodução da violência sexual infanto-juvenil. Diante disso, na perspectiva da transmissão geracional dos modelos familiares, foi encontrado aspectos que funcionam como base de sustentação de uma família e que são verdadeiros elos entre as gerações. Além disso, a dinâmica da transmissão dos valores familiares se estende para além dos enfoques positivos, mas também funcionam como aliada da violência sexual infanto-juvenil em função da preservação dos valores familiares, segredos e mitos, aspectos que constituem a aliança e que proporcionam o sentimento



de pertencimento e homeostase do grupo familiar. Nesse sentido, denunciar a violência implica em um desequilíbrio do sistema familiar, demandando uma reconfiguração do grupo, que por vezes o engajamento da família, especificamente dos mais velhos se dão em direção a preservação da estrutura que mantém os valores, crenças, padrões e aspectos que são características da identidade da família no decorrer das gerações.

Sendo assim, verificou-se que a violência contra crianças e adolescentes no meio intrafamiliar é influenciada por diversos aspectos sociais, culturais e familiares. Contudo, percebe-se que há uma escassez de estudos que discutam a problemática abordando questões raciais e envolvendo classe social. Além disso, nota-se a existência de poucos trabalhos orientados para a realização de ações e propostas de políticas voltadas para a educação sexual e atividades que incentivem a conscientização de crianças e adolescentes a identificarem e denunciarem os casos de violência. Foi percebido também a ausência de intervenções para suporte às vítimas que realizem a denúncia. Não foram encontradas propostas de ações que objetivem reforçar os papéis da família e da sociedade na proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Além disso, não há estudos que abordem a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes do sexo masculino, isso nos leva à temáticas que foram trazidas na literatura encontrada, mas, que não foram discutidas considerando a violência sofrida por este público. Na pesquisa realizada, os estudos encontrados citam o modelo patriarcal, questões de gênero entre outras que podem contribuir com os estereótipos relacionados à masculinidade dos meninos e isso pode contribuir tanto com a violência continua quanto com o silêncio causado pela falta de denúncias da violência sexual sofridas pelos meninos. Outra lacuna detectada está vinculada à atuação e fiscalização dentro das famílias das medidas estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Por fim, ressaltamos a necessidade de realização de mais pesquisas que visem ampliar a discussão, como também dar continuidade, no sentido de elaborar propostas e sugestões de atuações, principalmente no campo da Psicologia, que objetivem romper com o ciclo da violência sexual infantil intrafamiliar, cooperando com a garantia na prática, dos seus direitos que são fundamentais para o desenvolvimento qualitativo do público infanto-juvenil.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças**: teoria e prática. Summus, 2015.

ANTONY, S.; ALMEIDA, E. M. D. Crianças vítimas de violência sexual intrafamiliar: uma abordagem gestáltica. **Revista do NUFEN**, Belém, PA, v. 10, n. 2, p. 184-201, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v10n2/a12.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

BACAL, M. E. A. **Lealdades visíveis e invisíveis**: um estudo sobre a transmissão geracional da profissão na família. 2013. 200f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Divisão de Bibliotecas e Documentação PUC-Rio, Rio de Janeiro, mar. 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56145/56145.PDF>. Acesso em: 3 out. 2022.

BOTELHO, L. L. R., CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011. <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220/906>. Acesso em: 9 out. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563-13577, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990>. Acesso em: 11 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2021. Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2021/04/30/16\\_54\\_18\\_359\\_Cartilha\\_Maio\\_Laranja\\_2021.pdf](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2021/04/30/16_54_18_359_Cartilha_Maio_Laranja_2021.pdf). Acesso em: 12 out. 2022.

CRUZ, E. J. S.; GUEDES, R. C.; CAVALCANTE, L. I. C.; SILVA, C. V.; PEDROSO, J. S. Adolescente em acolhimento institucional: um estudo de caso com Genograma. **Mudanças – Psicologia da Saúde**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/muda/v27n2/v27n2a03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

FERRAZ, M. M. P.; VELOSO, M. M. X.; CABRAL, I. R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. **Desidades**, Rio de Janeiro, v. 29, p. 134-150. jan./abr. 2021. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-92822021000100009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000100009&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 12 out. 2022,

FERREIRA, R. R.; COSTA, M. C. O. (2018). Violência sexual contra crianças e adolescentes em 2015: perfil da vítima e agressor sexual. **Anais dos Seminários de Iniciação Científica**, n. 22, de <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3880>, Acesso em: 12 out. 2022,

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, 2002.

GRIMALDI, E. F. B. N.; COSTA, M. C. O.; NASCIMENTO, O. D.; SANTOS, C. B. A.; COSTA, A. M.; SOUZA, D. P. P. (2018). Agressor sexual de crianças e adolescentes: perfil e perpetração em uma década de registros nas Delegacias Especializadas. **Revista Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 (supl. 1), 34-44. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/abr-819>. Acesso em: 12 out. 2022.

JUNQUEIRA, M. J. **Repercussões do abuso sexual infantil**: um corpo invadido e uma existência ferida. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt-terapia de Goiânia. Disponível em: [https://itgt.com.br/wp-content/uploads/2020/04/TCC\\_Marcela-de-Jesus-Junqueira\\_Gr.-31.pdf](https://itgt.com.br/wp-content/uploads/2020/04/TCC_Marcela-de-Jesus-Junqueira_Gr.-31.pdf). Acesso em: 13 out. 2022.

MANTOVANI, A. M. Naturalização da violência sexual na transgeracionalidade: um estudo de revisão bibliográfica. In: RODRIGUES JUNIOR, O. M.; *et al.* (orgs.) **Estudos em sexualidade**. v. 2, p. 24-40. São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade, 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Oswaldo\\_Rodrigues\\_Jr/publication/341029678\\_Estudos\\_e\\_m\\_Sexualidade\\_Volume\\_2\\_ESA2\\_Instituto\\_Paulista\\_de\\_Sexualidade/links/5ea9c5eb299bf18b9587b7bc/Estudos-em-Sexualidade-Volume-2-ESA2-Instituto-Paulista-de-Sexualidade.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Oswaldo_Rodrigues_Jr/publication/341029678_Estudos_e_m_Sexualidade_Volume_2_ESA2_Instituto_Paulista_de_Sexualidade/links/5ea9c5eb299bf18b9587b7bc/Estudos-em-Sexualidade-Volume-2-ESA2-Instituto-Paulista-de-Sexualidade.pdf). Acesso em: 14 out. 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Vozes, 1999.

OLIVEIRA, A. C. Famílias, violência e proteção social nos CREAS. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Vitória, ES, v. 1 n. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23560>. Acesso em: 12 out 2022.

RODRIGUES, M. N. S. **Violência intrafamiliar**: o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Paco Editorial, 2017. 200p.

SCHULZ, C.; COLOSSI, P. M. (2020). A transmissão transgeracional dos modelos conjugais. **Pensando famílias**, Porto Alegre, RS, v. 24, n. 1, p. 45-64, jan./jun. 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100005). Acesso em: 12 out. 2022.

SILVA, E. S.; *et al.* A violência sexual na infância e adolescência: uma análise à luz do princípio da proteção integral. **Acta de Estudos Interdisciplinares**, Campina Grande, PB, v. 2, p. 15-21, abr. 2020. Disponível em: <https://editoraverde.org/portal/revistas/index.php/aei/article/view/101>. Acesso em: 12 out. 2022.

VANZELER, J. C.; PONTES, F. A. R.; VELOSO, M. M. X; RAMOS, E. M. L. S. Violência contra crianças na primeira infância: uma análise dos casos notificados no estado do Pará-Brasil no período de 2009 a 2019. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, Vargem Grande Paulista, SP, v. 1, p. 1-15, jan. 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11839. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11839>.



# Revista Fenexis: Estudos Fenomenológico-Existenciais

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Child maltreatment: the health sector responds*. 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2017/who-child-maltreatment-2017-ENG.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.